

F ras- le S.A.

**Informações financeiras
intermediárias - ITR em
30 de setembro de 2018**

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia

A Fras-le S.A. (“Companhia”), constituída na forma de uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com suas ações negociadas na BM&F Bovespa (“FRAS3”), tem por objeto principal a fabricação, a comercialização e a importação de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, materiais de fricção, produtos à base de resina, autopeças, artefatos de plásticos e seus derivados, bem como a prestação de assistência técnica, podendo participar no capital de outras sociedades. A Companhia, com sede na Rodovia RS 122, Km 66,1, nº10.945 - Caxias do Sul - RS, possui também operações através de empresas controladas sediadas no Brasil, Argentina, Estados Unidos, Chile, México, China, Alemanha, África do Sul, Emirados Árabes Unidos, Colômbia, Uruguai e Índia.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, compreendem as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2018, foram autorizadas para emissão em reunião de diretoria realizada em 31 de outubro de 2018.

2.2 Principais políticas contábeis

As informações financeiras intermediárias foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

As políticas contábeis adotadas na elaboração das informações contábeis intermediárias, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são consistentes com o praticado na preparação das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pelas novas políticas contábeis relacionadas com a adoção da IFRS 9 - Instrumentos financeiros, IFRS 15 - Receita de contratos com clientes que estão descritos nas notas explicativas 4.1 e 4.2, e o tratamento contábil dado a controladas na Argentina, conforme descrito na nota explicativa 2.4.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Hiperinflação na Argentina

A Argentina foi considerada uma economia hiperinflacionária a partir de 1º de julho de 2018, após superar os 100% de inflação nos três últimos períodos. Por esta razão, as informações financeiras intermediárias das controladas localizadas neste país são atualizadas (para fins de consolidação), de maneira que seus valores estejam demonstrados na unidade monetária de mensuração do final do período conforme determinação do IAS 29 -Relatório Financeiro em Economias Hiperinflacionárias.

Os ativos e os passivos não monetários registrados pelo custo histórico, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado são corrigidos pela alteração no poder geral de compra da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

Os impactos de correção monetária até 31 de dezembro de 2017 foram reconhecidos no patrimônio líquido das controladas e a correção do período corrente foi reconhecida diretamente na demonstração do resultado em conta específica, no resultado financeiro (nota explicativa 17).

A taxa de câmbio utilizada para converter as informações financeiras das controladas na Argentina para a moeda de apresentação da Companhia leva em consideração a taxa de conversão de fechamento divulgada pelo BACEN (Banco Central do Brasil). Em 30 de setembro de 2018 a taxa de conversão utilizada para essa finalidade foi de 0,09859 Pesos Argentinos para cada 1 Real.

No consolidado, as diferenças resultantes de conversões cambiais foram refletidas no patrimônio líquido da Companhia em outros resultados abrangentes.

A demonstração de resultados do exercício de 2017 e do primeiro e do segundo trimestres de 2018 e os respectivos balanços patrimoniais das controladas na Argentina não foram reapresentados.

O IAS 29 foi aplicado integralmente nas informações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2018 e não há norma correspondente emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Os impactos nos ativos líquidos da Companhia em 30 de setembro de 2018 estão apresentados conforme abaixo:

	Consolidado
	30/09/2018
Ativo	
Estoques	6.990
Imobilizado e intangível	3.912
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.493

Fras-le S.A.
 Informações financeiras intermediárias -
 ITR de 30 de setembro de 2018

Total do ativo	12.395
Passivo	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.119
Patrimônio líquido	
Capital social	8.818
Lucros acumulados	1.458
Total do passivo e patrimônio líquido	12.935

Os impactos no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 estão demonstrados abaixo:

	Consolidado
	30/09/2018
Ajustes de correção monetária	
Estoques	6.006
Imobilizado e intangível	2.927
Impostos diferidos ativos	404
Impostos diferidos passivos	(60)
Patrimônio líquido	(3.237)
Demonstração do resultado	1.677
	7.717

2.5 Base de consolidação

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, exceto pela política contábil descrita na nota explicativa 2.4.

As informações financeiras intermediárias consolidadas são compostas pela Companhia e suas controladas em 30 de setembro de 2018.

	Objeto Social	País-sede	30/09/2018 %	31/12/2017 %
Fras-le Argentina S.A. (a)	Representação e comércio de autopeças	Argentina	94,00	94,00
Fras-le North America, Inc. (a)	Fabricação e comércio de autopeças.	América	100,00	100,00
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. (a)	Representação e comércio de autopeças	Chile	99,00	99,00
Fras-le México S de RL de CV (a)	Representação e comércio de autopeças	México	99,66	99,66
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd.(a)	Fabricação e comércio de autopeças	China	100,00	100,00
Fras-le Europe (a)	Representação e comércio de autopeças	Alemanha	100,00	100,00
Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited (a)	Representação e comércio de autopeças	África do Sul	100,00	100,00

Fras-le Middle East (a)	Representação e comércio de autopeças	Emirados Árabes Unidos	100,00	100,00
Freios Controil Ltda. (b)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	99,99	99,99
Fras-le Panamericana S.A.S (a)	Representação e comércio de autopeças	Colômbia	100,00	100,00
PALR S.A (a)	Holdings da Armetal Autopartes e Farloc Argentina S.A.I.C YF	Argentina	100,00	100,00
FANACIF S.A (a)	Fabricação e comércio de autopeças	Uruguai	100,00	100,00
Armetal Autopartes S.A. (c)	Distribuição de autopeças	Argentina	100,00	100,00
FARLOC Argentina S.A.I.C YF (d)	Fabricação de líquido de freios e fluidos refrigerantes	Argentina	76,09	76,09
ASK Fras-le Friction Private Limited (a)	Fabricação e comércio de autopeças.	Índia	51,00	-
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (b)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	80,10	-

- (a) Empresas controladas no exterior.
- (b) Empresa controlada no país.
- (c) Empresa controlada no exterior com controle direto retido pela PALR S.A.
- (d) Empresa controlada no exterior com controle direto retido pela Armetal Autopartes S.A.

2.6 Combinação de negócios - aquisição de controlada

Aquisição de controle da Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (“Jurid”)

Conforme fato relevante divulgado em 08 de janeiro de 2018, as condições precedentes ao Fechamento do Acordo de Associação com a Federal Mogul VCS Holding BV (“Federal Mogul”) foram atendidas e foram firmados todos os documentos necessários para a transferência da participação societária adquirida, correspondente a 80,1% das quotas representativas do capital social da Jurid, com sede em Sorocaba - São Paulo. Nesta data a Companhia assume efetivamente o controle da Jurid.

O principal objetivo da Companhia com a aquisição do negócio é reforçar sua atuação na fabricação e distribuição de produtos de freio *premium* para fabricantes de veículos de equipamentos originais e clientes de pós-venda nos mercados de veículos leves no Brasil e em toda a América do Sul.

Em 30 de setembro de 2018, os trabalhos de especialistas avaliadores contratados para determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na aquisição, incluindo-se a apuração e alocação da compra vantajosa, de acordo com as CPC 15 (R1)- Combinações de negócios (IFRS 3), não haviam sido concluídos.

A Companhia tem até um ano (período de mensuração) para ajustar os valores provisórios reconhecidos inicialmente, na data de aquisição, de forma retrospectiva à medida que se obtenha informações necessárias para mensurar o valor justo dos ativos e passivos, conforme previsto no CPC 15 (R1) e IFRS 3.

A avaliação inicial da administração da Companhia indica que poderá haver diferença entre o valor justo e o valor contábil apresentado no balanço patrimonial, na data de aquisição. Abaixo segue o resumo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, considerando o balanço patrimonial da Jurid em 31 de dezembro de 2017, e os ajustes do valor justo estimados até 31 de dezembro de 2018.

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Ativo	Valor contábil	Valor justo
Circulante		

Fras-le S.A.
Informações financeiras intermediárias -
ITR de 30 de setembro de 2018

Caixa e equivalente de caixa	4.585	4.585
Clientes	11.397	11.397
Estoques	11.080	11.080
Outros ativos	598	599
Não circulante		
Imobilizado	11.246	41.792
Intangível	-	9.649
Total do ativo	38.906	79.102
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	7.090	7.090
Outros passivos	4.435	4.435
Não circulante		
Outros passivos	2.060	2.060
Total do passivo	13.585	13.585
Ativos líquidos de passivos	25.321	65.517
Participação de não controladores (19,9%)	5.039	13.038
Total de ativos líquidos de passivos da controladora	20.282	52.478

O efeito da melhor estimativa apurada até 30 de setembro de 2018 reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida	-
Patrimônio líquido	25.321
Participação de não controladores	5.039
Patrimônio líquido adquirido	20.282
Mais valia de ativos	
Imobilizado (a)	24.467
Intangível (b)	7.729
Imposto de renda e contribuição social diferidos (c)	(17.843)
Compra vantajosa apurada na operação	34.635

A transação para a aquisição da participação correspondente a 80,10% das quotas representativas do capital social da Jurid não envolveu desembolso financeiro (contraprestação transferida).

- (a) O ativo imobilizado da adquirida na data de aquisição era composto majoritariamente por terrenos, imóveis, máquinas e equipamentos. Para a avaliação do imobilizado foram aplicados método comparativo direto de dados de mercado e o método de quantificação do custo. O primeiro consiste em analisar as condições de mercado e transações comparáveis ao ativo que está sendo avaliado e, assim, determina o valor justo onde os dados confiáveis e disponíveis sobre as vendas podem ser encontrados. Este método foi utilizado para a avaliação do terreno, imóveis e de parte das máquinas e equipamentos.

O segundo método consiste em avaliar o valor e os valores associados para substituição, reposição ou reprodução dos ativos. Este método foi utilizado para avaliar o restante dos ativos tangíveis.

- (b) Os ativos intangíveis identificados, cujos valores puderam ser mensurados com segurança pela Companhia, referem-se ao contrato de uso das marcas pertencentes à Federal Mogul e ao contrato de locação referente ao terreno adjacente ao imóvel de Sorocaba e suas edificações

(“*Free Lease Agreement*”) com obrigação de realocação e construção de edificações no terreno da Jurid.

O valor justo das marcas que a Jurid tem direito de uso conforme contratos com a Federal Mogul foi calculado considerando o método de “*relief-from-royalty*”. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os royalties que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar royalties por sua utilização. A economia de royalties foi determinada aplicando-se uma taxa de royalties de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de royalties de mercado é a taxa normalmente expressada como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação de mercado, estando ambas as partes devidamente informadas. A vida útil econômica considerada para este intangível foi de 30 anos. O valor justo alocado à marca na data de aquisição foi de R\$ 7.999, dos quais R\$ 6.407 referem-se a parcela adquirida pela Companhia, o qual será amortizado pelo prazo da sua vida útil.

O *Free-Leasing Agreement* garante a locação das edificações de apoio: refeitório, auditório, portaria, estação de tratamento da água e vias de acesso. Para avaliação das construções a serem realocadas foi utilizado o método da quantificação do custo, resultando em um valor de R\$1.650, dos quais R\$ 1.322 referem-se a parcela adquirida pela Companhia. O contrato foi firmado na data de 30 de dezembro de 2016, tendo como locador a Federal-Mogul Sorocaba Holding Ltda., e como locatária a Jurid. Conforme especificado no contrato, o acordo de uso se mantém vigente até que o processo de realocação das construções esteja definido e concluído. Desta forma, o contrato firmado apresenta prazo indefinido.

- (c) A Companhia registrou o imposto de renda e contribuição diferida passiva sobre as diferenças temporárias representadas pela mais valia dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis, considerando as taxas nominais vigentes na data da aquisição no Brasil.

2.7 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados por seu valor justo.

2.8 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as informações financeiras intermediárias são convertidas para o Real na data do fechamento.

A moeda funcional de cada empresa está relacionada abaixo:

Controladas

Fras-le Argentina S.A.
Fras-le North America, Inc.
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda.
Fras-le México S de RL de CV
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltda.

Moeda Funcional

Peso Argentino
Dólar Americano
Peso Chileno
Peso Mexicano
Iuan

Controladas	Moeda Funcional
Fras-le Europe	Euro
Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited	Rand
Fras-Le Middle East	Dirham
Freios Controil Ltda.	Real
Fras-le Panamericana S.A.S.	Peso Colombia
PALR S.A.	Peso Argentino
FANACIF S.A.	Dólar Americano
Armetal Autopartes S.A.	Peso Argentino
FARLOC Argentina S.A.I.C YF	Peso Argentino
ASK Fras-le Friction Private Limited	Rupias Indianas
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	Real

a. *Transações e saldos*

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

b. *Transações e saldos com controladas*

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais do período, exceto nos casos de economia hiperinflacionária, onde as demonstrações de resultado são convertidas pela taxa de fechamento, em consonância ao IAS 29. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente em outros resultados abrangentes e acumulados em ajustes de avaliação patrimonial.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas está incluída na seguinte Nota explicativa 11 - Provisão para litígios.

a. *Provisões para perdas em créditos de liquidação duvidosa*

As provisões para perdas referentes a créditos de liquidação duvidosa são constituídas considerando evidências objetivas de perdas que, entre outras, incluem: o prazo que o cliente está devedor, pedido de falência ou recuperação judicial.

b. *Provisões para perdas em estoques*

As provisões para perdas referentes estoques obsoletos são constituídas considerando o prazo que determinado item não teve movimentação, a Companhia efetua a provisão através da utilização de percentuais específicos conforme esse prazo.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no período findo em 30 de setembro de 2018 estão incluídas na seguinte Nota explicativa 18 - Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro.

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

a. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal. Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota explicativa 14.

b. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, por exemplo risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

c. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como

prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d. *Evidenciação de economia altamente hiperinflacionária*

Conforme divulgado na nota explicativa 2.4, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária, no parágrafo 3 da IAS 29, não existe um índice geral de preços definido, mas permite que seja executado o julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados nas informações emitidas pelo INDEC (Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina): IPIM - *Índice de Precios Internos al por Mayor* e IPC - *Índice de precios al consumidor*.

4 Normas, alterações e interpretações de normas

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2018, e as ainda não adotadas até a data de emissão das informações financeiras intermediárias da Companhia estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar as novas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pela CVM e o CFC.

4.1 CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contrato com Cliente

O Grupo adotou o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Essa norma estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita deve ser reconhecida, substituindo o CPC 30 / IAS 18 Receitas.

Os principais impactos da adoção do CPC 47 / IFRS 15 estão apresentados a seguir:

a. *Obrigações de Desempenho*

Nos contratos com clientes a Companhia não identificou obrigações de execução distintas relevantes nas vendas e concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Espera-se que o reconhecimento de receita ocorra no momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

b. *Contraprestação variável*

Alguns contratos com clientes oferecem direito a descontos comerciais ou abatimentos por volume. Atualmente, a Companhia reconhece a receita da venda de bens mensurados ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos comerciais, quando estes existirem.

De acordo com a IFRS 15, devido ao fato de que o contrato permite ao cliente a devolução dos produtos, a contraprestação recebida do cliente é variável. A Companhia não possui contratos com direito à devolução de venda, sendo que as mesmas ocorrem de forma esporádica, não apresentando valores relevantes. Por este motivo, a Companhia opta por não aplicar a norma de restrição na receita.

A Companhia possui programas de incentivos de vendas que remuneram financeiramente os participantes que atingirem as metas regulamentadas. A IFRS 15 exige que a contraprestação variável estimada seja restrita para evitar o reconhecimento excessivo da receita. A Companhia

espera que a aplicação da restrição resulte em maior diferimento de receita comparativamente à IFRS atualmente em vigor. Na análise do efeito do diferimento à receita, a Administração concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

c. Componentes de Financiamento

De acordo com a IFRS 15, a Companhia deve determinar se existe um componente de financiamento significativo em seus contratos. Em alguns contratos de venda, são recebidos adiantamentos de seus clientes, porém, somente de curto prazo.

A Companhia decidiu usar o expediente prático previsto na IFRS 15 e não ajustará o valor prometido da contraprestação pelos efeitos de componentes de financiamento significativos nos contratos, em que a Companhia espera, no início do contrato, que a transferência de um bem ou serviço prometido para um cliente, e o momento em que o cliente paga esse bem ou serviço, seja de um ano ou menos. Portanto, para adiantamentos de curto prazo, a Companhia não contará com um componente de financiamento, mesmo que seja significativo.

4.2 CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A norma IFRS 9/CPC 48 substituiu a partir de 1º de janeiro de 2018 a norma vigente IAS 39/CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração e tem como principais mudanças:

- (a) classificação e mensuração de ativos financeiros;
- (b) redução do valor recuperável (substituição do modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas em crédito esperadas”); e
- (c) contabilidade de *hedge*.

a. Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Nas tabelas abaixo, demonstramos a classificação dos ativos financeiros da Controladora e do Consolidado em 31 de dezembro de 2017 e como ficará a classificação a partir da data da adoção em 1º de janeiro de 2018.

b. Redução ao valor recuperável - Modelo de perdas em crédito esperadas

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia aplicou a abordagem simplificada e passou a registrar perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes.

Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Companhia levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, as características de risco de crédito das operações, seus segmentos de atuação e dos clientes, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia.

Em função do atual procedimento de gerenciamento de risco e de crédito, a Companhia não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras pela alteração do modelo de perdas em créditos esperadas.

c. Contabilidade de hedge

A Companhia determinou que todas as relações de *hedge* existentes atualmente designadas como relações de *hedge* eficazes continuarão a ser qualificadas para fins de contabilização de *hedge* de acordo com a IFRS 9. A Companhia optou por não aplicar retrospectivamente a IFRS 9 na transição para os instrumentos de proteção (*hedges*) em que se excluam os componentes (*forward points*) de designação como *hedge* de acordo com a IAS 39. Uma vez que a IFRS 9 não altera os princípios gerais de como uma entidade contabiliza *hedges* efetivos, a aplicação dos requisitos de *hedge* da IFRS 9 não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.3 CPC 06 (R2) / IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil

IFRS 16, “Arrendamento”, emitido em janeiro de 2016. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua inferior ou igual a doze meses ou o ativo objeto do contrato seja de baixo valor. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, sem a exigência de reapresentação dos saldos de anos anteriores.

A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma e entende que poderá gerar efeito sobre as suas divulgações, devido ao fato de, no momento inicial de adoção, termos um incremento no saldo do ativo não circulante referente ao direito de uso dos ativos e um incremento no saldo de passivo de arrendamento mercantil. O incremento inicial no passivo, como consequência, gerará um incremento na dívida líquida da Companhia.

Com relação à análise do resultado, o valor das despesas referente aos arrendamentos operacionais, registradas no resultado operacional, darão lugar às despesas de juros dos arrendamentos mercantis, registradas no resultado financeiro, e às despesas de amortização com relação ao direito de uso dos contratos firmados.

Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	142	353	18.410	15.148
Numerários em trânsito (a)	21.238	18.286	22.272	18.568
Aplicações financeiras (b)	303.023	197.497	312.003	204.057
	324.403	216.136	352.685	237.773

- (a) Os numerários em trânsito referem-se a recebimentos de exportações mantidos em instituição financeira, pendentes de fechamento de contratos de câmbio na data de encerramento das informações financeiras intermediárias.
- (b) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São representadas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 90,00% e 100,00% (60% a 101% em 31 de dezembro de 2017) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota explicativa 18.

6 Aplicações financeiras de liquidez não imediata

Referem-se às aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) mantidas em bancos de primeira linha, conforme demonstrado abaixo:

Aplicação	Remuneração média em 30/09/2018	Controladora		Consolidado	
		30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
CDB	100,00% a 101,80 % do CDI (99,00% a 102,50% em 31 de dezembro de 2017)	26.074	241.473	26.079	241.473

7 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
No País	14.052	6.119	25.259	10.027
De terceiros	7.705	2.908	18.050	4.838
Partes relacionadas	3.797	685	3.886	2.090
Vendor	2.550	2.526	3.323	3.098
No exterior	253.994	182.988	73.764	71.324
De terceiros	2.939	12.091	73.764	71.324
Partes relacionadas	251.055	170.897	-	-
	268.046	189.107	99.023	81.351
Menos:				
Ajuste a valor presente	(796)	(658)	(846)	(681)
Provisão para devedores duvidosos	(1.080)	(1.047)	(3.539)	(2.877)
	266.170	187.402	94.638	77.793

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 os prazos médios de recebimento para o mercado interno são de 09 dias, para o mercado externo oriundo de controladas 523 e 421 dias e para o mercado externo e oriundo de terceiros 86 e 79, respectivamente.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício/período	(1.047)	(874)	(2.877)	(2.224)

Adição por combinação de negócio (Nota 2.6)	-	-	(287)	(69)
Adições	(3.172)	(1.405)	(4.603)	(2.526)
Baixas/realizações	3.139	1.232	4.228	1.942
Saldo no final do exercício/período	<u>(1.080)</u>	<u>(1.047)</u>	<u>(3.539)</u>	<u>(2.877)</u>

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a análise dos saldos de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
A vencer	67.504	97.614	55.502	76.663
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	20.342	5.828	25.185	2.897
De 31 a 60 dias	16.894	2.407	6.531	1.003
De 61 a 90 dias	15.375	2.270	5.457	319
De 91 a 180 dias	42.357	19.858	4.056	303
Acima de 181 dias	105.574	61.130	2.292	166
Total	<u>268.046</u>	<u>189.107</u>	<u>99.023</u>	<u>81.351</u>

A Companhia não requer garantias sobre as vendas a prazo. Nos saldos da controladora, o contas a receber vencido acima de 61 dias é representado principalmente por venda de produtos para controladas (veja Nota explicativa 9).

A exposição da Companhia a risco de crédito e moeda relacionados a contas a receber de clientes são divulgados na Nota explicativa 18.

8 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Produtos acabados	80.528	54.306	181.522	123.968
Produtos em elaboração	9.160	9.516	22.095	17.054
Matérias-primas	38.954	40.944	77.115	65.652
Materiais auxiliares e de manutenção	5.852	5.422	12.886	10.141
Adiantamentos a fornecedores	291	239	11.122	7.772
Importações em andamento	13.157	14.757	42.225	41.604
Provisão para perdas com estoques	(4.288)	(4.039)	(13.822)	(9.981)
Ajuste correção monetária (Nota 2.4)	-	-	6.990	-
	<u>143.654</u>	<u>121.145</u>	<u>340.133</u>	<u>256.210</u>

A movimentação da provisão para perdas com estoques está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017

Saldo no início do exercício/período	(4.039)	(4.549)	(9.981)	(7.659)
Adição por combinação de negócio (Nota 2.6)	-	-	(1.384)	(1.794)
Adições	(1.164)	(2.810)	(5.022)	(4.797)
Baixas / realizações	915	3.320	2.565	4.269
Saldo no final do exercício/período	<u>(4.288)</u>	<u>(4.039)</u>	<u>(13.822)</u>	<u>(9.981)</u>

9 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, controladas e coligadas, as quais não foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

	<u>Ativo</u>			<u>Passivo</u>	
	Contas a receber por vendas	Dividendos a receber	Mútuos a receber	Contas a pagar	Mútuos a pagar
Randon S.A. Implementos e Participações (b)					
Saldo em 30 de setembro de 2018	1.633	-	-	1.060	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	585	-	-	632	-
Master Sistemas Automotivos Ltda. (d)					
Saldo em 30 de setembro de 2018	819	-	-	50	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3	-	-	-	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda. (d)					
Saldo em 30 de setembro de 2018	288	-	-	3	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	43	-	-	-	-
Jost do Brasil Sistemas Automotivos (d)					
Saldo em 30 de setembro de 2018	50	-	-	15	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1	-	-	-	-
Freios Control Ltd. (e)					
Saldo em 30 de setembro de 2018	230	-	1.293	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	53	-	768	-	-
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (e)					
Saldo em 30 de setembro de 2018	777	-	1.304	570	-
Fras-le Argentina S.A. (c)					
Saldo em 30 de setembro de 2018	55.644	246	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	34.360	438	-	-	-
Fras-le North America, Inc. (c)					
Saldo em 30 de setembro de 2018	169.972	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	133.478	-	-	-	-
Fras-le Friction Material Pinghu co Ltd. (c)					
Saldo em 30 de setembro de 2018	83	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	244	-	-	270	-
Fras-le Europe (c)					
Saldo em 30 de setembro de 2018	1.315	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.473	-	-	-	-
Fras-le Panamericana (c)					
Saldo em 30 de setembro de 2018	24.025	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.342	-	-	-	-
FANACIF (c)					
Saldo em 30 de setembro de 2018	12	-	-	-	186
ASK (c)					
Saldo em 30 de setembro de 2018	4	-	-	-	-

Fras-le S.A.
Informações financeiras intermediárias -
ITR de 30 de setembro de 2018

Outras partes relacionadas (a)					
Saldo em 30 de setembro de 2018	-	-	-	5	-
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>254.852</u>	<u>246</u>	<u>2.597</u>	<u>1.703</u>	<u>186</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>171.582</u>	<u>438</u>	<u>768</u>	<u>902</u>	-

	Transações				Prazo médio	
	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços	Outras receitas	Outras despesas	Recebimentos	Pagamentos
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (d)						
Saldo em 30 de setembro de 2018	392	41	38	27	12	12
Saldo em 30 de setembro de 2017	471	103	528	54	25	12
Randon S.A. Implementos e Participações (b)						
Saldo em 30 de setembro de 2018	17.426	4.903	262	10.053	15	11
Saldo em 30 de setembro de 2017	15.135	4.844	2.432	9.647	18	13
Randon Implementos para o Transporte Ltda.(d)						
Saldo em 30 de setembro de 2018	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2017	-	-	720	-	-	262
Master Sistemas Automotivos Ltda. (d)						
Saldo em 30 de setembro de 2018	23.548	413	231	28	8	21
Saldo em 30 de setembro de 2017	14.646	352	2.049	73	9	16
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda. (d)						
Saldo em 30 de setembro de 2018	1.960	27	197	7	15	15
Saldo em 30 de setembro de 2017	1.501	51	1.211	27	5	12
Freios Controil Ltda. (e)						
Saldo em 30 de setembro de 2018	128	11	202	47	62	49
Saldo em 30 de setembro de 2017	161	292	-	-	35	44
Randon Consórcios Ltda. (d)						
Saldo em 30 de setembro de 2018	-	-	-	2	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2017	-	-	7	17	-	-
Banco Randon S.A. (d)						
Saldo em 30 de setembro de 2018	-	-	-	3.693	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2017	-	-	-	4.960	-	-
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (e)						
Saldo em 30 de setembro de 2018	2.090	-	-	-	66	23
Fras-le Argentina S.A. (c)						
Saldo em 30 de setembro de 2018	22.037	-	-	-	274	-
Saldo em 30 de setembro de 2017	29.363	-	-	-	221	-
Fras-le North America, Inc. (c)						
Saldo em 30 de setembro de 2018	89.854	215	-	1.083	584	-
Saldo em 30 de setembro de 2017	69.595	-	-	888	495	-
Fras-le Mexico S de RL de CV (c)						
Saldo em 30 de setembro de 2018	-	-	-	470	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2017	-	-	-	297	-	-
Fras-le Friction Material Pinghu co Ltd. (c)						
Saldo em 30 de setembro de 2018	232	1.091	-	-	155	35
Saldo em 30 de setembro de 2017	179	1.071	-	-	102	-
Fras-le Europe (c)						
Saldo em 30 de setembro de 2018	2.530	-	-	578	109	-
Saldo em 30 de setembro de 2017	2.271	-	-	210	101	-
Fras-le Africa Aut (Pty) Limited (c)						
Saldo em 30 de setembro de 2018	-	-	-	263	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2017	-	-	-	422	-	-
Fras-le Andina (c)						
Saldo em 30 de setembro de 2018	-	-	-	178	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2017	-	-	-	141	-	-
Fras-le Middle East (c)						
Saldo em 30 de setembro de 2018	-	-	-	259	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2017	-	-	-	292	-	-

Fras-le Panamericana (c)						
Saldo em 30 de setembro de 2018	21.649	-	-	-	273	-
FANACIF (c)						
Saldo em 30 de setembro de 2018	904	-	-	-	-	-
ASK (c)						
Saldo em 30 de setembro de 2018	4	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas (a)						
Saldo em 30 de setembro de 2018	-	-	-	48	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2017	-	-	-	62	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2018	182.754	6.701	930	16.736		
Saldo em 30 de setembro de 2017	133.322	6.713	6.947	17.090		

- (a) Saldos mantidos com outras partes relacionadas
- (b) Controladora direta da Companhia. A controladora final da Companhia é a Dramd Participações e Administração Ltda.
- (c) Sociedades controladas no exterior.
- (d) Sociedades controladas pelo controlador direto Randon S.A. Implementos e Participações.
- (e) Sociedades controladas no Brasil.

As transações de vendas com partes relacionadas referem-se às vendas de mercadorias para abastecimento dos mercados nos quais estão sediadas, e vendas de insumos utilizados na produção. As operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo da Companhia.

Os saldos de conta corrente, relativos aos contratos de mútuo entre controladora, controladas e outras partes relacionadas, possuem prazo de vencimento indeterminado e são atualizados *pro rata tempore* pela taxa DI-Extra, editada pela Anbima, sem juros.

Os saldos em aberto no período findo não possuem garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia e suas controladas

A Companhia definiu como pessoal-chave da Administração: o Conselho de Administração, a diretoria estatutária e o conselho fiscal. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração estão representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Benefícios de curto prazo (salários, ordenados, participações nos lucros e despesas com assistência médica)	3.875	4.176	4.137	4.176
Benefícios pós-emprego - contribuições para Previdência Privada	63	125	83	125
Total	3.938	4.301	4.220	4.301

A Companhia não pagou às pessoas chave da administração remuneração em outras categorias de i) benefícios de longo prazo, ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e iii) remuneração baseada em ações.

10 Investimentos

Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Participação em empresas controladas	245.925	188.800	-	-
Ágio PALR e Fanacif	9.101	9.101	-	-
Outros investimentos	-	-	222	396
Lucro não realizado nos estoques	(11.689)	(13.266)	-	-
	243.337	184.635	222	396
Classificado no ativo não circulante - Investimento	289.062	217.147	222	396
Classificado no passivo não circulante - Provisão para perda com investimento	(45.725)	(32.512)	-	-
Total dos investimentos líquidos	243.337	184.635	222	396

Movimentação dos saldos

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Saldos no início do exercício/período	184.635	80.546	396	464
Variação cambial e correção monetária das investidas	(5.618)	(501)	(174)	(68)
Equivalência patrimonial	(20.365)	(16.381)	-	-
Lucro não realizado nos estoques da controladora	1.577	(390)	-	-
Aquisição conforme combinação de negócio	20.282	41.308	-	-
Integralização de capital	30.630	-	-	-
Mais valia (nota explicativa 2.6)	32.196	69.984	-	-
Ágio PALR e Fanacif	-	9.101	-	-
Avaliação Randonprev	-	138	-	-
Outros investimentos	-	830	-	-
Saldos no final do exercício/período	243.337	184.635	222	396

Em janeiro de 2018 a Companhia realizou o pagamento da parcela final da aquisição das controladas PALR S.A. e Fanacif S.A. no montante de R\$ 87.508. O preço de compra das Companhias foi de R\$ 97.547, sendo que R\$ 1.625 pela assunção de dívida dos vendedores com as adquiridas e R\$ 8.415 foram retidos pelo prazo de até 8 anos a partir da data de aquisição.

Movimentação dos saldos

	Fras-le North América	Fras-le Argentina	Fras-le Andina	Fras-le México	Fras-le Friction	Fras-le Europe	Fras-le Africa	Fras-le Panamericana	PALR	FANACIF	Freios Controil	Fras-le Middle	ASK Fras-le	Jurid do Brasil	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(32.512)	13.303	314	534	39.701	6.883	410	527	83.242	26.094	50.026	278	-	-	188.800
- Equivalência patrimonial	1.395	(19.814)	(132)	98	2.426	(374)	(187)	667	272	1.017	404	(152)	(1.677)	(4.308)	(20.365)
- Aquisição conforme combinação de negócio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.282	20.282
- Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.841	-	-	16.789	-	30.630
- Mais valia (Nota explicativa 2.6)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.196	32.196
- Ajustes acumulados de conversão e correção monetária	(6.768)	(1.330)	31	142	5.808	1.151	13	121	(11.540)	5.691	-	45	1.018	-	(5.618)
Saldos em 30 de setembro de 2018	(37.885)	(7.841)	213	774	47.935	7.660	236	1.315	71.974	46.643	50.430	171	16.130	48.170	245.925

Informações das controladas

	Fras-le North América	Fras-le Argentina	Fras-le Andina	Fras-le México	Fras-le Friction	Fras-le Europe	Fras-le Africa	Fras-le Panamericana	PALR(*)	FANACIF(*)	Freios Controil	Fras-le Middle	ASK Fras-le	Jurid do Brasil(*)	30/09/2018	31/12/2017
Capital social	21.793	6.622	24	2	25.120	2.133	55	829	5.835	29.565	55.000	64	32.302	70.821		-
Ações (em lote de mil)																
- Ordinárias	1	13.352	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.385	-		-
- Quotas	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	54.988	1	-	56.728		-
Participação no capital social, no final do período- %	100	94	99	99,66	100	100	100	100	100	100	99,99	100	51,00	80,10		-
Ativos	155.513	60.188	241	791	85.600	15.001	238	21.817	55.642	46.043	69.280	175	47.417	37.220		-
Passivos	193.398	68.529	26	13	37.666	7.341	3	20.501	33.119	14.387	18.849	4	15.790	15.565		-
Patrimônio líquido ajustado	(37.885)	(8.341)	215	777	47.935	7.660	236	1.315	21.598	31.656	50.431	171	31.627	21.655		-
Lucro líquido (prejuízo) do período	1.395	(21.078)	(133)	98	2.426	(374)	(187)	667	3.491	2.542	404	(152)	(3.288)	(3.666)		-
Ajustes acumulados de conversão e correção monetária	(6.768)	(1.330)	31	142	5.808	1.151	13	121	(11.540)	5.691	-	45	1.018	-	(5.618)	(501)
Resultado da equivalência patrimonial	1.395	(19.814)	(132)	98	2.426	(374)	(187)	667	272	1.017	404	(152)	(1.677)	(4.308)	(20.365)	(16.381)
Valor do investimento líquido	(37.885)	(7.841)	213	774	47.935	7.660	236	1.315	71.974	46.643	50.430	171	16.130	48.170	245.925	188.800

(*) Valores de mais valia: FANACIF (R\$ 14.987), Jurid do Brasil (R\$ 30.823) e PALR (R\$ 50.375).

11 Provisão para litígios

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis.

A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que a perda é considerada provável.

Passivo contingente

O quadro a seguir demonstra, nas datas-bases de 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os valores estimados do risco contingente (perda) atualizados, conforme opinião de seus assessores jurídicos:

Controladora

Passivo	30/09/2018			31/12/2017			Depósito judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	30/09/2018	31/12/2017
Contingente								
a) cível	-	162	-	-	151	-	-	-
b) tributário	-	9.112	12.200	-	5.705	14.554	4.691	4.668
c) trabalhista	5.375	23.652	9	5.387	23.898	9	7.972	6.196
d) previdenciário	177	-	-	223	-	-	68	60
Total	5.552	32.926	12.209	5.610	29.754	14.563	12.731	10.924

Consolidado

Passivo	30/09/2018			31/12/2017			Depósito judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	30/09/2018	31/12/2017
Contingente								
a) cível	59	9.861	-	-	9.034	-	-	-
b) tributário	281	10.579	12.205	89	7.155	14.559	4.691	4.668
c) trabalhista	9.054	27.629	9	7.732	28.109	9	8.845	6.916
d) previdenciário	177	-	-	223	-	-	68	60
Total	9.571	48.069	12.214	8.044	44.298	14.568	13.604	11.644

”

- **Cível** - Trata-se, principalmente, de ações relacionadas a contratos de prestação de serviço e representação comercial, que tem por objeto a discussão quanto à obrigação contratual.
- **Tributário** - Representado por autuações federais que se encontram em andamento, parte na esfera administrativa e parte na esfera judicial.
- **Trabalhista** - Diversas reclamações trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a pleitos indenizatórios, horas extras e insalubridade.
- **Previdenciário** - Autuações do INSS que se encontram em julgamento no TRF.

A Companhia e suas controladas são autoras em ações judiciais referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou processo relacionado a esse assunto, e, por 6 votos a 4, foi tomada a seguinte decisão: “O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS”. A decisão tomada pelo STF, a princípio, produz efeitos em todos os processos judiciais em curso, em função de sua repercussão geral. Contudo, após a publicação

do acórdão em 02/10/2017, a Procuradoria da Fazenda Nacional opôs recurso de embargos de declaração, alegando que a decisão do Supremo foi omissa em determinados pontos, e requereu a modulação dos efeitos da decisão, o que pode limitar a produção dos seus efeitos para os contribuintes. A Companhia não reconheceu nenhum ativo em relação ao tema.

12 Empréstimos e financiamentos

	Indexador	Juros a.a	Vencimento final do contrato	Controladora		Consolidado	
				30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Circulante							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários - FINEP	TJLP	4,0% a 5,0%	02/2020	3.781	3.786	3.781	3.786
BNDES	Taxa fixa/TJLP	0,00% a 3,00%	11/2019	7.812	7.804	7.812	7.804
Fundopem	IPCA	3,0%	05/2027	4.586	3.934	4.586	3.934
Empréstimo Capital de Giro	TJLP	3,4%	08/2018	-	-	-	66
Vendor	Selic	3,0%	12/2018	2.550	2.526	3.323	3.098
Moeda estrangeira:							
Empréstimos bancários	Libor + euribor + fixo+ variação cambial	2,75% a 8,35%	06/2023	-	-	12.293	12.872
Empréstimos bancários	Taxa fixa + variação cambial	20,6% a 30,99%	11/2018	-	-	8.763	2.294
Financiamento ME	Libor + variação cambial	2,97% a.	07/2025	5.754	-	5.754	-
BNDES	Taxa variável BNDES	1,97%	01/2020	2.835	2.349	2.835	2.349
Resolução 2770 NCE	Libor + variação cambial	4,5%	03/2020	36.528	31.367	36.528	31.367
ACC	Taxa fixa + variação cambial	3,44% a 3,89%	11/2018	57.174	67.468	57.174	67.468
				121.020	119.234	142.849	135.038
Não circulante							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários - FINEP	TJLP	4,0% a 5,0%	02/2020	1.572	4.400	1.572	4.400
BNDES	Taxa fixa/TJLP	0,00% a 3,00%	11/2019	1.298	7.108	1.298	7.108
Fundopem	IPCA	3,0%	05/2027	17.341	19.808	17.341	19.808
Moeda estrangeira:							
Empréstimos bancários	Libor + euribor + variação cambial	2,75% a 8,4%	06/2023	-	-	34.528	6.263
Financiamento ME	Libor + variação cambial	2,97% a.	07/2025	115.497	-	115.497	-
BNDES	Taxa variável BNDES	1,97%	01/2020	942	2.530	942	2.530
Resolução 2770 NCE	Libor + variação cambial	4,5%	03/2020	18.199	45.109	18.199	45.109
				154.849	78.955	189.377	85.218
Total de empréstimos sujeitos a juros				275.869	198.189	332.226	220.256

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais/fianças da controladora direta, Randon S.A. Implementos e Participações no valor de R\$ 90.705 (R\$ 128.196 em 31 de dezembro de 2017).

Os contratos de financiamentos perante o *International Finance Corporation* (IFC) e os contratos perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contêm cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida) não forem atingidos. Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os índices financeiros estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia.

Fundopem/RS

Em dezembro de 2006, a Companhia assinou o Termo de Ajuste perante o Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

A subvenção governamental/incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 54 meses e prazo de pagamento em 96 meses, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros em 3% a.a. A parcela do débito com pagamento postergado é apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na geração de débito de ICMS e geração de empregos, conforme definido no Termo de Ajuste Fundopem/RS.

Para incremento de valor financiado, a Companhia e suas controladas observam todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber:

- Faturamento bruto incremental mensal;
- ICMS incremental mensal; e
- Número de empregos diretos incrementais.

Vendor

A Companhia possui, em 30 de setembro de 2018, operações financeiras de *vendor* em aberto com seus clientes no montante de R\$ 2.550 na controladora e R\$ 3.323 no consolidado (R\$ 2.526 na controladora e R\$ 3.098 no consolidado em 31 de dezembro de 2017), nas quais participa como interveniente garantidora.

Nessas operações, a Companhia realiza a liquidação das operações em aberto caso o cliente devedor do contas a receber, vinculado à operação, não realize o pagamento perante a instituição financeira no prazo pactuado entres as partes.

Desde março de 2014, essas operações são realizadas pela coligada, Banco Randon S.A., e este assume parte dos riscos relacionados à inadimplência e/ou pagamento após o prazo pelo cliente.

O montante reconhecido como passivo financeiro é contrapartida dos montantes antecipados pela instituição financeira à Companhia, cujo contas a receber de origem ainda não foi reconhecido, considerando a retenção de riscos pela Companhia relacionados à inadimplência e/ou ao pagamento após o prazo pelo cliente. O prazo médio de vencimento dessas operações é de 35 dias.

Movimentação dos passivos do Fluxo de Caixa das atividades de financiamento

Conforme requerido pelo CPC 03 (R2) - Demonstração do Fluxo de Caixa, a Companhia demonstra a seguir a movimentação dos passivos do fluxo de caixa das atividades de financiamento:

Controladora

	Alterações caixa			Alterações não caixa		
	Saldo em 31/12/2017	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	Saldo em 30/09/2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures	198.189	55.192	(6.696)	6.611	22.573	275.869
Juros sobre capital próprio e dividendos	23.743	-	(45.991)	22.260	-	12

	Alterações caixa			Alterações não caixa		
	Saldo em 31/12/2016	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	Saldo em 30/09/2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures	226.976	(24.882)	(7.933)	8.223	(2.862)	199.522
Juros sobre capital próprio e dividendos	6.991	-	(40.973)	34.026	-	44

Consolidado

	Alterações caixa			Alterações não caixa		
	Saldo em 31/12/2017	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	Saldo em 30/09/2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures	220.256	82.702	(6.980)	6.848	29.400	332.226
Juros sobre capital próprio e dividendos	23.743	-	(45.991)	22.260	-	12

	Alterações caixa			Alterações não caixa		
	Saldo em 31/12/2016	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	Saldo em 30/09/2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures	256.168	(38.214)	(9.080)	9.026	(3.885)	214.015
Juros sobre capital próprio e dividendos	6.991	-	(40.973)	34.026	-	44

13 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41- Resultado por ação (IAS 33), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017
Lucro líquido do período	74.448	53.615
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	214.566	214.566
Lucro por ação - básico e diluído (em Reais)	0,3470	0,2499

14 Impostos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(13.979)	(11.455)	(4.021)	(13.197)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias e prejuízos fiscais	(16.081)	(1.675)	(17.182)	338
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	(30.060)	(13.130)	(21.203)	(12.859)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Demonstração do resultado abrangente				
Imposto de renda e contribuição social diferidos relativos a itens debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido durante o período:				
Ajuste de Avaliação Patrimonial - <i>Hedge Accounting</i>	-	1.647	-	1.647
	-	1.647	-	1.647

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Lucro contábil antes dos impostos	104.508	66.745	92.165	66.540
À alíquota fiscal de 34%	(35.533)	(22.693)	(31.336)	(22.624)
Despesa não dedutíveis	(914)	(1.108)	(1.725)	(1.108)
Resultado equivalência patrimonial	(6.924)	(427)	-	-
Despesas incentivadas	8.371	2.773	8.371	2.773
Juros sobre capital próprio	2.595	8.995	2.711	8.995
Mais valia nas aquisições	1.781	-	1.781	-
Ajustes alíquota exterior	-	-	1.940	-
Outros itens	564	(670)	(2.945)	(895)
	(30.060)	(13.130)	(21.203)	(12.859)
Alíquota efetiva	28,76%	19,67%	23,01%	19,33%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos referem-se a:

Controladora

	Balanço patrimonial		Patrimônio líquido		Resultado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	30/09/2017
Provisão para comissões e fretes	505	528	-	-	(23)	(67)
Provisão para devedores duvidosos	367	356	-	-	11	(194)
Provisão para contingências	1.898	1.917	-	-	(20)	1.809
Provisão para estoques obsoletos	1.458	1.373	-	-	85	(156)
Operações com derivativos	(291)	(873)	-	1.647	582	766
Ajustes das Leis 11.638/07 e 11.941/09	(1.470)	(1.606)	-	-	137	(71)
Provisão desvinculo de funcionários	823	944	-	-	(121)	-
Participação dos diretores e funcionários	2.181	2.551	-	-	(370)	157
Provisões diversas e outros	1.916	1.571	-	-	344	(2.075)
Randonprev avaliação atuarial	(34)	(218)	-	-	184	(271)
Ajuste "valor atribuído" do imobilizado	(16.473)	(17.175)	-	-	702	826
Lucro não realizado nos estoques	3.974	4.510	-	-	(536)	(923)
Compra vantajosa Controil	-	(134)	-	-	134	(156)
Mais valia	(36.235)	(20.170)	-	-	(16.065)	-
Depreciação vida útil / fiscal	(17.896)	(16.770)	-	-	(1.125)	(1.320)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos					(16.081)	(1.675)
Passivo fiscal diferido	(59.277)	(43.196)	-	-		
Patrimônio líquido	-	-	-	1.647	-	-

Consolidado

	Balanco patrimonial		Patrimônio líquido		Resultado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	30/09/2017
Prejuízos fiscais a compensar	25.553	24.947	-	-	425	1.783
Provisão para comissões e fretes	522	305	-	-	(5)	(67)
Provisão para devedores duvidosos	728	674	-	-	(67)	(192)
Provisão para contingências	1.935	1.955	-	-	(21)	1.838
Provisão estoques obsoletos	2.237	1.679	-	-	215	(74)
Operações de derivativos	(291)	(872)	-	1.647	581	(766)
Ajustes das Leis 11.638/07 e 11.941/09	(1.459)	(1.319)	-	-	143	(79)
Provisão desvinculo de funcionários	867	944	-	-	(121)	-
Participação dos diretores e funcionários	2.243	4.188	-	-	(308)	157
Provisões diversas	9.338	3.190	-	-	(797)	(1.976)
Randonprev avaliação atuarial	(34)	(218)	-	-	184	(270)
Ajuste valor atribuído do imobilizado	(21.175)	(22.018)	-	-	1.699	1.355
Mais valia	(36.235)	(20.170)	-	-	134	(156)
Compra vantajosa Controil	-	(134)	-	-	(16.065)	-
Correção Monetária	(625)	-	-	-	(2.052)	-
Depreciação vida útil / fiscal	(17.897)	(16.770)	-	-	(1.127)	(1.215)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos					(17.182)	338
Ativo fiscal diferido	32.042	25.718				
Passivo fiscal diferido	(66.335)	(49.337)				
Patrimônio líquido			-	1.647		

15 Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Receita bruta de vendas	663.595	611.493	1.016.865	818.907
Devolução de vendas	(1.164)	(924)	(2.187)	(2.402)
Ajuste a valor presente	(4.191)	(8.241)	(4.503)	(8.576)
Impostos sobre as vendas	(166.322)	(160.062)	(220.279)	(196.625)
Receita operacional líquida	491.918	442.266	789.896	611.304

16 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(351.119)	(325.371)	(574.636)	(454.477)
Despesas com vendas	(43.962)	(37.327)	(75.116)	(54.556)
Despesas administrativas e gerais	(32.305)	(28.521)	(63.731)	(42.365)
Remuneração dos administradores	(2.809)	(3.027)	(2.975)	(3.027)
Outras despesas operacionais	(9.374)	(14.813)	(13.544)	(20.832)
	(439.569)	(409.059)	(730.002)	(575.257)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(18.950)	(20.006)	(32.085)	(28.040)
Despesas com pessoal	(130.337)	(122.818)	(211.849)	(162.220)
Remuneração e participação dos administradores	(2.809)	(3.027)	(2.975)	(3.027)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(177.731)	(165.896)	(304.977)	(242.073)
Fretes	(15.073)	(13.864)	(22.159)	(18.251)
Energia elétrica	(9.581)	(8.451)	(18.708)	(11.090)
Comissões	(4.508)	(2.765)	(5.743)	(3.445)
Conservação e manutenção	(21.819)	(16.641)	(30.730)	(21.391)
Assessoria em TI	(3.076)	(2.174)	(3.931)	(2.174)
Assistência técnica	(724)	(299)	(1.235)	(299)
Honorários profissionais	(8.355)	(7.800)	(16.549)	(11.293)
Custos mercadológicos	(4.298)	(4.208)	(8.088)	(5.011)
Aluguéis	(4.232)	(3.602)	(8.531)	(5.386)
Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	-	-	-	(3.999)
Despesas com processos judiciais (PERT/PRT)	-	(2.758)	-	(2.758)
Multas indedutíveis (REFAZ)	-	(1.181)	-	(1.181)
Outras despesas	(38.076)	(33.569)	(62.442)	(53.619)
	(439.569)	(409.059)	(730.002)	(575.257)

17 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Receitas financeiras:				
Variação cambial	79.027	20.685	102.099	21.256
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	13.536	38.145	13.900	38.428
Ajuste a valor presente	4.053	8.554	4.571	8.908
Outras receitas financeiras	191	1.611	338	2.565
Ajuste correção monetária líquida (Nota 2.4)	-	-	7.717	-
	96.807	68.995	128.625	71.157
Despesas financeiras:				
Variação cambial	(59.681)	(20.783)	(131.056)	(21.174)
Juros sobre financiamentos	(8.145)	(8.509)	(11.441)	(14.356)
Ajuste a valor presente	(1.974)	(2.701)	(26)	(2.980)
Juros de mora	(59)	(4.810)	(2.216)	(4.858)
Despesas bancárias	(3.711)	(4.993)	(5.301)	(6.053)
Descontos Concedidos	(125)	(253)	(135)	(370)
Outras despesas financeiras	(4.586)	(3.775)	(6.141)	(4.232)
	(78.281)	(45.824)	(156.316)	(54.023)
Resultado financeiro líquido	18.526	23.171	(27.691)	17.134

18 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e riscos de liquidez, aos quais a Companhia entende estar exposta, de acordo com sua natureza de negócios e estrutura operacional.

Uma parcela das receitas da Companhia e de suas controladas são geradas pela comercialização de produtos para o mercado externo. Dessa forma, a volatilidade da taxa de câmbio está associada aos riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pré e pós-fixadas.

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras de liquidez não imediata, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os riscos da Companhia são descritos a seguir:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas informações financeiras:

Controladora	Nota	Hierarquia	Valor contábil		Valor justo	
			30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	5	(2)	324.403	216.136	324.403	216.136
Aplicações financeiras	6	(2)	26.074	241.473	26.015	241.461
Custo amortizado						
Clientes	7	(2)	266.170	187.402	266.170	187.402
Passivos						
Passivos pelo custo amortizado						
Fornecedores		(2)	(61.931)	(53.961)	(61.931)	(53.961)
Empréstimos e financiamentos	12	(2)	(275.869)	(198.189)	(265.584)	(188.128)
Total			278.847	392.861	289.073	402.910
Consolidado						
	Nota	Hierarquia	Valor contábil		Valor justo	
			30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	5	(2)	352.685	237.773	352.685	237.773
Aplicações financeiras	6	(2)	26.079	241.473	26.020	241.461
Custo amortizado						
Clientes	7	(2)	94.638	77.793	94.638	77.793
Passivos						
Passivos pelo custo amortizado						
Fornecedores		(2)	(83.280)	(78.378)	(83.280)	(78.378)
Empréstimos e financiamentos	12	(2)	(332.226)	(220.256)	(345.672)	(207.219)
Total			57.896	258.405	44.391	271.430

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1:** preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2:** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- **Nível 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o período findo em 30 de setembro de 2018.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas às taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias, avaliam a necessidade de contratação de operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, Libor, URTJ e CDI e variação nas taxas do US\$.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

Foram considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

A análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data-base de 30 de setembro de 2018, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado.

Deterioração das receitas financeiras

Operação	Moeda	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Aplicações financeiras	R\$	24.203	18.152	12.102
		Depreciação da taxa em	25%	50%
Referência para receitas financeiras		Provável	Possível	Remota
CDI %		6,39%	4,79%	3,20%
Aumento das despesas financeiras				
	Moeda	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Instituições financeiras	R\$	22.350	24.535	26.721
		Apreciação da taxa em	25%	50%

Referência para passivos financeiros	Provável	Possível	Remota
TJLP	6,56%	8,20%	9,84%
URTJ	4,56%	5,70%	6,84%
CDI	6,39%	7,99%	9,59%
US\$	4,00	5,00	6,00
LIBOR Semestral	2,53%	3,17%	3,80%
IPCA	4,53%	5,66%	6,79%
BADLAR	43,31%	54,14%	64,97%

Risco de câmbio

A Companhia adota o *hedge accounting*, de acordo com as práticas de mercado (CPC 48 - IFRS 9) e regulamento próprio, com o objetivo de eliminar a volatilidade da variação cambial do resultado da Companhia.

A Companhia designa formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para cobertura das suas exportações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de reduzir a volatilidade das receitas de exportação em decorrência das mudanças da taxa de câmbio frente ao Real.

A adoção está amparada na efetividade das expectativas de exportações ao longo do tempo, quando comparadas ao fluxo de vencimentos dos compromissos sujeitos à variação em moeda estrangeira, majoritariamente o dólar dos Estados Unidos, que estão diluídos no longo prazo.

A utilização dessa prática visa a refletir de forma mais adequada os resultados da Companhia, no que se refere a ativos e passivos expostos à variação de moeda estrangeira.

A estrutura de *hedge* consiste na cobertura de um grupo de passivos, compromissos firmes, transações previstas altamente prováveis com características de risco semelhantes das de exportação a fixar em moeda estrangeira (dólar americano - USD), contra o risco de variação cambial frente ao Real - BRL, adotando como instrumento de cobertura atual, instrumentos financeiros não derivativos (financiamentos), em valores e vencimentos equivalentes ao *budget* de venda de produtos fabricados.

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos, que no período findo em 30 de setembro de 2018 apresentou variação positiva de 21,03% (1,50% positiva em 31 de dezembro de 2017). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em *hedge* natural, a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (*hedge*).

Adicionalmente, a Companhia designa operações de “Financiamento” visando a proteger a exposição das vendas futuras altamente prováveis em moedas diferentes da moeda funcional.

Essas operações são documentadas para o registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), em conformidade com o CPC 48. A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados desses instrumentos contratados para operações próprias.

Essas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação dessas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de proteção devido às variações na taxa de câmbio.

Instrumentos financeiros designados como *hedge accounting*

Contraparte	Tipo	Taxa de contratação	Taxa de designação	Notional US\$	Variação cambial	
					Contabilizada no Patrimônio Líquido *	Valor contábil
Banco Itaú	NCE	1,8316	2,3426	2.727	4.531	10.920

(*) Valor diferido no patrimônio líquido (*hedge accounting*), em contrapartida às contas no grupo de empréstimos e financiamentos.

Instrumentos de proteção designados para *Hedge Accounting* e períodos previstos do fluxo de caixa das exportações

Ano de referência	Valor Designado Financiamento US\$ (Instrumento de <i>hedge</i>)	Vendas em US\$ designadas (Objeto de <i>hedge</i>)
2019	2.727	2.727
Total	2.727	2.727

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a exposição cambial da Companhia e suas controladas para operações em moeda estrangeira são como segue:

	US\$ mil			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos	106.084	106.931	29.007	26.198
B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos	59.175	44.989	73.057	51.467
C. Exportações futuras designadas para <i>hedge accounting</i>	2.727	8.183	2.727	8.183
D. Superávit (Déficit) apurado (A-B+C)	49.636	70.125	(41.323)	(17.086)

Sensibilidade à taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (devido a variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e do patrimônio da Companhia. Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

		Controladora		
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Exposição líquida de instrumentos Financeiros	Alta do US\$	198.739	248.424	298.108
	Queda do US\$	198.739	149.054	99.369
		Consolidado		
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Exposição líquida de instrumentos Financeiros	Alta do US\$	(165.455)	(206.818)	(248.182)
	Queda do US\$	(165.455)	(124.091)	(82.727)

Risco de estrutura de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Não houve alterações quanto a objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 30 de setembro de 2018 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo:

	Nota	30/09/2018	31/12/2017
Controladora			
Empréstimos e financiamentos	12	275.869	198.189
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata	5 e 6	<u>(350.477)</u>	<u>(457.609)</u>
Dívida líquida		(74.608)	(259.420)
Patrimônio líquido		<u>828.470</u>	<u>780.895</u>
Patrimônio e dívida líquida		<u>753.862</u>	<u>521.475</u>
	Nota	30/09/2018	31/12/2017
Consolidado			
Empréstimos e financiamentos	12	332.226	220.256
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata	5 e 6	<u>(378.764)</u>	<u>(479.246)</u>
Dívida líquida		(46.538)	(258.990)
Patrimônio líquido		<u>828.470</u>	<u>780.895</u>
Patrimônio e dívida líquida		781.932	521.905

Garantias

A Companhia não tem ativos financeiros dados em garantia em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito a procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação e histórico de perda. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 30 de setembro de 2018, a Companhia contava com aproximadamente 24 clientes que deviam mais que R\$ 886 cada (em 30 de junho de 2018, a Companhia contava com aproximadamente 26 clientes que deviam mais que R\$ 1.722 cada), sendo responsáveis por aproximadamente 70% de todos os recebíveis devidos. Os demais 30% estavam representados por 270 clientes, que deviam uma média de aproximadamente R\$ 69 cada. A provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados na Nota explicativa 7.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pelo Comitê de Planejamento e Finanças, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia e suas controladas em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Controladora

Período findo em 30 de setembro de 2018	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	21.808	106.819	160.045	22.898	311.570	275.869
Fornecedores	62.129	-	-	-	62.129	61.931
	67.428	66.154	160.045	22.898	316.525	337.800
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	32.649	88.798	83.492	5.256	210.195	198.189
Fornecedores	54.091	-	-	-	54.091	53.961
	86.740	88.798	83.492	5.256	264.286	252.150

Consolidado

Período findo em 30 de setembro de 2018	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	35.072	116.020	199.310	22.898	373.300	332.226
Fornecedores	83.496	-	-	-	83.496	83.280
	102.059	75.355	199.310	22.898	399.622	415.506
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	42.112	95.646	90.951	5.256	233.965	220.256
Fornecedores	78.536	-	-	-	78.536	78.378
	120.648	95.646	90.951	5.256	312.501	298.634

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia através da sua controlada Fras-le North America, Inc., contratou operação com instrumento financeiro derivativo do tipo “swap” com o objetivo de mitigar os riscos das operações de empréstimos e financiamentos expostas à taxa de juros Libor, trocando este indexador para uma taxa pré-fixada. Tal instrumento representou em 30 de setembro de 2018 uma Marcação a Mercado (MTM) de US\$ 32 de posição ativa (em 31 de dezembro de 2017 uma Marcação a Mercado (MTM) de US\$ 24 de posição passiva).

19 Compromissos

Garantias

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava os seguintes montantes de garantias representadas por avais e fianças:

	Tipo de garantia	Consolidado	
		30/09/2018	31/12/2017
Freios Controil Ltda.	Aval e fiança	-	66

20 Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações, são eles:

- **Segmento de montadoras:** referem-se aos resultados consolidados dos períodos findos em 30 de setembro 2018 e 2017 da Fras-le S.A. de materiais de fricção para o mercado de montadoras.
- **Segmento de reposição:** referem-se aos resultados consolidados dos períodos findos em 30 de setembro 2018 e 2017 da Fras-le S.A. de materiais de fricção para o mercado de reposição de peças.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no lucro ou prejuízo operacional, e os financiamentos da Companhia (incluindo receita e despesa de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito da Companhia, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

a. Informações por segmentos de negócios

	Montadoras		Reposição		Total	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Receita líquida para terceiros	92.690	75.966	697.206	535.338	789.896	611.304
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(67.552)	(60.898)	(507.084)	(393.579)	(574.636)	(454.477)
Lucro bruto	25.138	15.068	190.122	141.759	215.260	156.827
Receita/despesas operacionais					(95.404)	(107.422)
Resultado financeiro líquido					(27.691)	17.134
Lucro antes do imposto sobre o lucro					92.165	66.539

Despesas operacionais, ativos e passivos não foram divulgados por segmento, pois tais itens são administrados no âmbito da Companhia, não sendo informados de forma segregada ao responsável pela tomada de decisão.

b. Vendas líquidas por segmentos geográficos

	Montadoras		Reposição		Total consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Região:						
Mercado nacional	67.267	46.039	311.938	253.682	379.205	299.721
Nafta	21.072	26.055	156.883	114.382	177.955	140.437
Europa	573	940	28.598	29.696	29.171	30.636
Mercosul	300	-	152.304	99.619	152.604	99.619
África	-	-	5.691	12.014	5.691	12.014
Ásia e Oceania	3.478	2.932	17.963	11.481	21.441	14.413
Outros	-	-	23.829	14.464	23.829	14.464
Total	92.690	75.966	697.206	535.338	789.896	611.304

As informações acima sobre a receita consideraram a localidade do cliente.

c. Ativo por área geográfica

	Ativo	
	30/09/2018	31/12/2017
Brasil	351.038	311.810
Estados Unidos	44.848	38.734
Argentina	81.825	75.604
Chile	15	17
México	53	23
China	18.895	18.106
Alemanha	156	201
Africa	2	2
Emirados Árabes	-	4
Colômbia	68	30
Uruguai	20.218	22.641
Índia	31.371	-
Eliminações	(3.153)	(1.206)
Total	545.336	465.966

21 Eventos subsequentes

a. Efetivação de compra Jofund S.A

Em 8 de agosto de 2018, a Fras-le S.A. efetuou o fechamento relativo a compra das ações representativas da totalidade do capital social da Jofund S.A., inclusive a aprovação pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 4 de setembro de 2018 e a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) a que a operação estava subordinada. Em 5 de outubro de 2018, foram firmados todos os documentos necessários para a transferência da participação societária adquirida, com o que a Companhia assume efetivamente o controle e a gestão da Jofund S.A., a qual será transformada em empresa individual de responsabilidade limitada com a denominação de Fremax Sistemas Automotivos EIRELI.

Alteração Societária

Em 10 de julho de 2018 a diretoria da Armetal Autopartes S.A. aprovou a incorporação da PALR S.A., que foi efetivado em 1º de novembro de 2018. A incorporação tem como objetivo a simplificação da estrutura societária na Argentina.